

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 2261/2019-PGJ, DE 28.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Núcleos de Centro de Apoio Operacional e Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, integrados pelos Promotores de Justiça designados para os Núcleos de Centro de Apoio Operacional, a Secretaria-Geral e a Chefia de Gabinete do PGJ, referente ao período de julho a dezembro de 2019, conforme quadro abaixo, nos termos da Resolução nº 34/2016-PGJ, alterada pela Resolução nº 8/2017-PGJ, de 31.5.2017.

PERÍODO DE PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
1º (18h01min) a 8.7.2019 (7h59min)	Bianka Karina Barros da Costa	98478-2371
8 (18h01min) a 15.7.2019 (7h59min)	Fabio Ianni Goldfinger	98136-6388
15 (18h01min) a 22.7.2019 (7h59min)	Ana Cristina Carneiro Dias	98478-2388
22 (18h01min) a 29.7.2019 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377
29.7 (18h01min) a 5.8.2019 (7h59min)	Luciano Furtado Loubet	98478-1014
5 (18h01min) a 12.8.2019 (7h59min)	Fabricia Barbosa Lima	98417-4220
12 (18h01min) a 19.8.2019 (7h59min)	Ana Cristina Carneiro Dias	98478-2388
19 (18h01min) a 27.8.2019 (7h59min)	Fabio Ianni Goldfinger	98136-6388
27.8 (18h01min) a 2.9.2019 (7h59min)	Bianka Karina Barros da Costa	98478-2371
2 (18h01min) a 9.9.2019 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377
9 (18h01min) a 16.9.2019 (7h59min)	Luciano Furtado Loubet	98478-1014
16 (18h01min) a 23.9.2019 (7h59min)	Fabricia Barbosa Lima	98417-4220
23 (18h01min) a 30.9.2019 (7h59min)	Bianka Karina Barros da Costa	98478-2371
30.9 (18h01min) a 7.10.2019 (7h59min)	Fabio Ianni Goldfinger	98136-6388
7 (18h01min) a 14.10.2019 (7h59min)	Luciano Furtado Loubet	98478-1014
14 (18h01min) a 21.10.2019 (7h59min)	Fabricia Barbosa Lima	98417-4220
21 (18h01min) a 29.10.2019 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377
29.10 (18h01min) a 4.11.2019 (7h59min)	Ana Cristina Carneiro Dias	98478-2388
4 (18h01min) a 11.11.2019 (7h59min)	Fabio Ianni Goldfinger	98136-6388
11 (18h01min) a 18.11.2019 (7h59min)	Bianka Karina Barros da Costa	98478-2371
18 (18h01min) a 25.11.2019 (7h59min)	Ana Cristina Carneiro Dias	98478-2388
25.11 (18h01min) a 2.12.2019 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377
2 (18h01min) a 9.12.2019 (7h59min)	Luciano Furtado Loubet	98478-1014
9 (18h01min) a 16.12.2019 (7h59min)	Fabricia Barbosa Lima	98417-4220
16 (18h01min) a 19.12.2019 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2263/2019-PGJ, DE 28.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Acrescentar a Procuradora de Justiça abaixo relacionada na Portaria nº 1918/2019-PGJ, de 3.6.2019, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Procuradores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2019:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Mara Cristiane Crisóstomo Bravo				29.7 a 7.8.2019

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2264/2019-PGJ, DE 28.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda 11 (onze) dias de férias compensatórias, sendo 9 (nove) dias referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1993 e 2 (dois) dias referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1999, a serem usufruídos no período de 30.9 a 10.10.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2253/2019-PGJ, DE 28.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Campo Grande, José Luiz Rodrigues, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 3ª Vara de Família e Sucessões da referida Comarca, no dia 26.6.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2255/2019-PGJ, DE 28.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 6º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Jui Bueno Nogueira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos nº 090025-85.2018.8.12.0021, em trâmite na 3ª Vara Criminal da referida Comarca.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2256/2019-PGJ, DE 28.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 17 e 18.12.2016, a serem usufruídos nos dias 4 e 5.7.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2257/2019-PGJ, DE 28.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade de acompanhamento e fiscalização presencial das provas escritas do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizada nos dias 1º e 2.8.2018, a serem usufruídos nos dias 8 e 9.7.2019, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 37/2015-PGJ, de 24.11.2015, alterada pela Resolução nº 20/2018-PGJ, de 7.8.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2258/2019-PGJ, DE 28.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 2207/2019-PGJ, de 25.6.2019, na parte que concedeu o período de conversão ao Promotor de Justiça Arthur Dias Junior, de forma que, onde consta: “21 a 31.10.2019”; passe a constar: “ 21 a 30.10.2019”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2265/2019-PGJ, DE 28.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2067/2019-PGJ, de 12.6.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior, compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão referente aos dias 7.5 e 1º.7.2017, que seriam usufruídos nos dias 25 e 26.6.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2254/2019-PGJ, DE 28.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 487, de 14 .6.2019, da Prefeitura de Paranaíba, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 5.7.2019, em razão das comemorações do aniversário da cidade de Paranaíba (4.7.2019);

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0015/2019 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Paranaíba no dia 5.7.2019,

R E S O L V E:

Declarar ponto facultativo o dia 5.7.2019, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Paranaíba, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2247/2019-PGJ, DE 27.6.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Giovanna Bergamo Gomes Morelli, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 29 a 31.5.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2248/2019-PGJ, DE 27.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Maria de Lourdes Buratto dos Santos Queiroz, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 10.6.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2266/2019-PGJ, DE 28.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Cristina Castilho Akatsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 6 (seis) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 14 a 19.6.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2267/2019-PGJ, DE 28.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Waleria Silva Leite, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador-Geral, símbolo MPAS-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 26.6.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 14/2019/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/CSMP, de 22.4.2009, **torna pública a lista dos inscritos para remoção pelo critério de antiguidade para a Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes, primeira entrância:**

Inscritos para promoção: Promotores de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas e Adriano Barrozo da Silva.

Campo Grande, 1º de julho de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

AVISO Nº 15/2019/CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, **torna público o pedido de remoção por permuta dos Promotores de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, titular da 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, e Paulo César Zeni, titular da 69ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande**, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação, os interessados manifestem eventual impugnação.

Campo Grande, 1º de julho de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

AVISO Nº 16/2019/CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, **torna público o pedido de remoção por permuta dos Promotores de Justiça Luciano Anechini Lara Leite, titular da 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, e Moisés Casarotto, titular da 9ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas**, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação, os interessados manifestem eventual impugnação.

Campo Grande, 1º de julho de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PAUTA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 9 DE JULHO DE 2019, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:

6.1. Expediente encaminhado para apreciação:

1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:

- **Ofício nº 0500/2019/CGMP/MS**, de 12.6.2019, o Corregedor-Geral do MP, em cumprimento ao disposto no artigo 18, inciso XI e artigo 172 da Lei Complementar nº 72/1994, encaminha Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias realizadas nas Promotorias de Justiça Sete Quedas, 1ª e 2ª de Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Iguatemi, 1ª 2ª e 3ª de Naviraí, e 1ª e 2ª de Amambai, previstas no Aviso nº 03/CGMP/2019, publicado no DOMP nº 1900, de 31.1.2019, e visitas correicionais realizadas nos meses de março e abril de 2019. *Protocolo Unificado nº 02.2019.00040550-2*

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:

1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001634-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000475-9.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002765-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000460-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000728-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000852-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000927-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001125-0.

4. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001056-1.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001710-6.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003313-9.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003423-0.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000966-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000650-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000844-4.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003351-0.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

6.3.1. CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002323-7.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001604-0.

2. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001852-7.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001700-6.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001497-5.

6.3.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001752-8.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000144-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001707-2.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002314-8.

4. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001877-1.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001600-7.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000557-2.

6.3.3. CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:**a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 25.6.2019, por ausência justificada do Relator:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001788-3.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001559-6.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001521-9.

b. Expedientes:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001803-8.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001708-3.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002318-1.

3. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001879-3.

6.3.4. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00002368-1.

2. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001066-8.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2017.00000632-7.

6.3.5. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 25.6.2019, por ausência justificada da Relatora:

1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001624-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001244-4.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000603-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002102-8.

6.3.6. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001838-2.

6.3.7. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001851-6.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior sobre a seguinte Portaria:**

1. Portaria nº 2208/2019-PGJ, de 26.6.2019. Conceder ao Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Direito Civil”, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelo prazo inicial de 5 (cinco) dias, a partir de 24.6.2019, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 001/2016-CSMP, de 20.9.2016.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002051-1**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Anaurilândia

Assunto: Apurar suposta desídia do poder executivo municipal de Anaurilândia/MS em decorrência da negligência na arrecadação de tributos municipais.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000862-1**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cecília Zauith, José Jorge Filho e Gerson Schaustz

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa consistentes na contratação de prestador de serviços para a construção da “Casa do Papai Noel” e reforma dos banheiros na Praça Antônio João, sem o prévio e devido procedimento licitatório e com ausência de pagamento pelos serviços prestados.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000354-8 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002723-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda São Romão - Proprietário João Pio Barbosa

Assunto: Apurar a presença de desmatamento sem autorização ambiental na Fazenda São Romão, de propriedade de João Pio Barbosa, situado no município de Coxim/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001297-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades quanto ao descumprimento da Lei Orgânica do Município de Coxim em razão da ausência de publicidade de seus atos.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**a. Processo retirado de pauta na reunião do dia 25.6.2019, por ausência justificada do Relator:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000144-3**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar suposta cobrança ilegal de taxa para a inscrição de alunos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no 8º Encontro de Administração, Economia e Contabilidade (ECAECO) realizado no Município de Ponta Porã/MS.

b. Processos:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001171-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de *show gospel* pelo Município de Bandeirantes/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000590-2 – SIGILOS

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Proncor Unidade Centro de Campo Grande

Assunto: Apurar as irregularidades sanitárias constatadas pela Vigilância Sanitária Estadual relativas ao setor de Pronto Atendimento do Proncor Unidade Centro de Campo Grande, notadamente os itens 06, 07 e 09, remanescentes do Relatório de Inspeção nº 026/2015.

Advogado: Nilo Gomes da Silva OAB/MS 10.108.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001514-4 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de Campo Grande e outros

Assunto: Apurar eventual irregularidade decorrente da paralisação das obras relativas à Praça da Juventude do Bairro Serra Azul.

Advogados: Arnaldo Puccini Medeiros OAB/MS 6.736 e Fábio de Melo Ferraz OAB/MS 8.919.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003175-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis

Assunto: Apurar a regularidade jurídica ambiental da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis COOPERCICLA.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001534-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Alcínópolis

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa pelo Prefeito

Municipal de Alcínópolis consistente na venda de bens públicos em inobservância à Lei nº 8.666/93.

Procurador do Município: Cleidomar Furtado de Lima

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000793-7**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hotel Indaiá e Colégio Dom Bosco

Assunto: Apurar suposto desrespeito, por alguns estabelecimentos comerciais de Mato Grosso do Sul, à Lei nº 4.687/2015, a qual dispõe sobre informação aos consumidores acerca da utilização de poços artesanais.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002728-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Vereadores de Antônio João

Assunto: Apurar a adequação das contratações temporárias de servidores, bem como à criação e provimento de cargos e funções em comissão, instituição de controle de jornada de trabalho eficiente, instituição da Procuradoria Jurídica e implantação e regulamentação de órgão que exerça controle interno no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Antônio João/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001371-3

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ministério Profético Internacional - MPI

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade ambiental e urbanística, consistente na prática de poluição sonora pela Igreja Ministério Profético Mundial MPI, localizada no Jardim Ouro Verde, em Dourados MS, a qual funciona desprovida de Alvará de Localização e Funcionamento.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000125-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Gregório Otoni de Camargo e Secretário Municipal de Saúde.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades consistentes no não comparecimento ao expediente regular do serviço público por parte de dentista municipal.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002198-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Secretaria Municipal de Saúde.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002002-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauro Alves de Souza

Assunto: Apurar supressão de vegetação sem autorização ou licença ambiental na Fazenda Japema.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003628-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ambiental em área de preservação permanente, situada nas margens do Rio Taquari.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000106-2 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002427-3

10ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar a insuficiência de profissionais médicos na atenção básica de saúde do Município de Dourados.

7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

a. Processo retirado de pauta na reunião do dia 25.6.2019, por ausência justificada da Relatora:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000115-1 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONCALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002303-7 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001735-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da prática de ato de improbidade administrativa, em razão da inserção de informações falsas em documento público, conforme noticiado no Ofício 008/2018 - 1ª DPCivil de Naviraí.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001815-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Giantomaso

Assunto: Apurar notícia de prática de desmatamento em área de preservação permanente do rio Coxim, neste município, devido à realização de obras pelo requerido, sem autorização ambiental.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000160-7 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000611-0 – SIGILOSO

28ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003465-0

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vivo S/A

Assunto: Apurar eventual ineficiência dos serviços de telefonia móvel prestados pela operadora Vivo S/A.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001936-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Rumo Malha Norte S/A (antiga ALL - América Latina Logística Malha Norte S/A)

Assunto: Apurar eventual incêndio provocado para controle de vegetação às margens da linha férrea - km 182-186.

SECRETARIA-GERAL**ORDEM DE SERVIÇO Nº 009/2019-SEG/MPMS, DE 18 DE JUNHO DE 2019.**

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso I, da Resolução nº 033/2018-PGJ, de 14 de dezembro de 2018,

CONSIDERANDO os dispostos nos arts. 170, inciso VI, e 225 da Constituição Federal de 1988, que tratam da defesa do meio ambiente;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a rotina administrativa à Lei Federal nº 12.305/2010, à Lei Complementar Municipal nº 209/2012 e ao Decreto Municipal nº 13.653/2018, que tratam sobre a disposição ambientalmente correta dos resíduos sólidos;

CONSIDERANDO que o uso e o descarte dos copos plásticos descartáveis destinados ao consumo de bebidas (quentes e frias), além de altamente poluentes (demoram cerca de 400 anos para decomporem), são derivados do petróleo que é fonte não renovável;

CONSIDERANDO a imperatividade de racionalizar o uso dos copos descartáveis, mitigar ao máximo os impactos ambientais, modificar atitudes e práticas pessoais, adotando posturas sustentáveis no trabalho, e na comunidade que levem a interações construtivas na sociedade, conscientizando sobre as diferentes formas de coleta e destino de resíduos,

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir, gradativamente, a disponibilização de copos plásticos descartáveis, para consumo de bebidas quentes ou frias, aos membros, servidores, estagiários, terceirizados e colaboradores, no âmbito interno deste Ministério Público.

Parágrafo único. A disponibilização de copos plásticos descartáveis ficará restrita ao atendimento do público externo.

Art. 2º A medida proposta será implementada, em cada unidade do Ministério Público, conforme calendário estabelecido pela Secretaria-Geral.

Art. 3º Membros e servidores ocupantes de cargos de chefia ou detentores de função de confiança devem ter o compromisso de fiscalizar e repassar as orientações aos demais integrantes de suas respectivas equipes, com vistas a atingir o disposto nesta Ordem de Serviço.

Art. 4º Na substituição dos copos descartáveis de plástico poderão ser utilizados canecas, copos, garrafas, ou qualquer recipiente reutilizável que será higienizado pela empresa terceirizada prestadora de serviços no Ministério Público Estadual.

Art. 5º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 18 de junho de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça

Secretária-Geral do MPMS

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/PGJ/2019 – UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 5/PGJ/2019 (Processo nº PGJ/10/2203/2019).

Objeto: Aquisição de materiais elétricos (eletrodutos, eletrocalhas, etc.), para atender ao Ministério Público Estadual.

-Abertura das propostas: dia 16 de julho de 2019, às 09 horas e 30 minutos (horário oficial de Brasília).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 02 de julho de 2019 por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 24/06/2019:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente do Pregoeiro: Emerval Carmona Gomes;
- Suplente da Equipe de Apoio: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz.
- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ e Departamento de Engenharia/PGJ.

Campo Grande, 1º de julho de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/PGJ/2016**

Processo PGJ/10/2017/2016

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2 – **BERNADETE VOLPI DOS PASSOS**;

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigos 13 e 27, inciso II, ambos da Lei Estadual nº 4.335, de 10 de abril de 2013; e artigo 62, §3º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Incluir o item 6.6, na Cláusula Sexta, do Contrato nº 41/PGJ/2016, referente à locação do imóvel situado na Avenida Waloszek Konrad, nº 1276, Centro, CEP 79.960-000, Iguatemi/MS, **para regulamentar a responsabilidade da Locadora em providenciar e manter atualizado o Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar (CVCBMMS).**

Vigência/produção de efeitos: 12.06.2019 a 13.09.2020.

Data de assinatura: 12 de junho de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****CAARAPÓ****AUTOS DE INQUÉRITO CIVIL Nº. 06.2019.00000377-1.**

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Câmara Municipal de Caarapó.

Objeto: Apurar a falta de mecanismos idôneos de controle das despesas com o abastecimento e uso de veículos por parte da Câmara Municipal de Caarapó.

RECOMENDAÇÃO N.º 0003/2019/01PJ/CRP

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Caarapó/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução nº 15/2007-PGJ, em razão da apuração levada a efeito no Inquérito Civil nº 06.2019.00000377-1, e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos do art. 127, “caput”, e art. 129, inc. III, da Constituição Federal, art. 25, inc. IV, alínea “a”, da Lei n.º 8.625/93 e art. 26, inc. IV, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual n.º 72/94;

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o *“Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”*¹;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no art. 29, inc. IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, emitir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º da Resolução nº 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, *“a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”*.

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que tal obrigação decorre de forma cristalina dos princípios extraídos da Constituição Federal e que, uma vez constatada ofensa, deve a situação ser corrigida espontaneamente pelo administrador;

CONSIDERANDO as informações, prestadas através dos Ofícios nº 002/CM/01/2019-DL e 030/CM/04/2019-DL, de que o controle de abastecimento é realizado mediante planilha com as anotações de quilometragens,

1 MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

encaminhamento de requerimento autorizando o abastecimento dos carros oficiais no Posto de Combustíveis ganhador do procedimento licitatório, com conferência após a emissão da nota fiscal no final do mês (p. 5 e 225/231);

CONSIDERANDO que referidas planilhas de controle não são preenchidas adequadamente e não contém informações indispensáveis ao efetivo controle do consumo de combustíveis (p. 228 e 231).

CONSIDERANDO que, à vista do acima exposto e da análise pormenorizada do processo de execução financeira do contrato firmado com o Posto de Combustíveis vencedor do processo licitatório (Empresa Luiz Baena Fernandes & Cia LTDA – p. 10/199), se extrai que a Câmara Municipal de Caarapó – MS, na gestão do anterior Presidente da Casa de Leis, Sr. André Luis Nezzi de Carvalho, não possuía mecanismos idôneos de controle das despesas com o abastecimento e uso de seus veículos oficiais, o que prejudica a própria transparência na aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que sem os documentos comprobatórios de cada abastecimento, identificando o veículo oficial, o condutor e outros dados que levem à comprovação de que aquele dinheiro público foi gasto de maneira legítima, o gasto é irregular;

CONSIDERANDO que é requisito para a liquidação da despesa pública que se saiba a origem da despesa e o objeto do que se deve pagar (art. 63, § 1º, inciso I, da Lei 4.320/64), bem como a importância exata a pagar (art. 63, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64), que terá por base os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço (art. 63, § 2º, inciso III da Lei 4.320/64);

CONSIDERANDO que, deste modo, a conduta do Administrador pode dificultar a fiscalização pelos órgãos de controle, o que pode implicar em infração ao artigo 63, da Lei 4.320/64, no que tange à liquidação das despesas;

CONSIDERANDO que em casos análogos, o C. TCE/MS já julgou pela irregularidade da execução financeira e recomendou a implantação de controle eficaz de combustível, *in verbis*:

“CONTRATO ADMINISTRATIVO–AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS –EXECUÇÃO FINANCEIRA–
AUSÊNCIA DE CONTROLE DE CONSUMO DE COMBUSTIVEIS–IRREGULARIDADE. É irregular a execução financeira **que se constata ausência de controle de consumo de combustíveis**, que impossibilita o controle pormenorizado da execução do contrato. (TCE/MS. DELIBERAÇÃO AC01-631/2017. Processo TC/12843/2013. Relator Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral. Dj 23/05/2017) ”. (Destaque nosso)

“Ausência de controle centralizado dos gastos efetuados com combustível, realizado pelas suas respectivas Secretarias, impôs RECOMENDAÇÃO ao atual Prefeito de Cassilândia, para que implemente um sistema de controle eficaz sobre a utilização e gastos realizados com combustíveis no âmbito do município (TCE/MS. Deliberação AC00-456/2018. Processo TCMS/10186/2016. Relator Conselheiro Jerson Domingos. DJ 15/03/2017)”. (Destaque nosso)

CONSIDERANDO que, "foi declarada irregular a execução financeira de contrato com objeto relacionado à aquisição de combustível em razão da ausência de comprovação da liquidação da despesa, diante da ausência de documentos da execução física do contrato, e controle pormenorizado dos gastos realizados, requisições de abastecimento mês a mês, veículo abastecido, placa, quantidade de combustível, data, assinatura do motorista do veículo e foi aplicada multa ao Chefe do Poder Executivo Municipal". (TCE/MS. Processo TC/18058/2012. Relator CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL. Data publicação 18/10/2016);

CONSIDERANDO que a ausência de controle das despesas individualizadas por veículo automotor impede a verificação e fiscalização quanto ao cumprimento dos princípios da economicidade, razoabilidade e proporcionalidade;

CONSIDERANDO que os veículos oficiais do Poder Legislativo são bens públicos de uso especial, os quais deverão ter sua utilização voltada à realização das atividades do Estado e consecução de seus fins, uma vez que se constituem em bens afetados à finalidade pública;

CONSIDERANDO que o uso da frota de veículos oficiais é restrito ao interesse da Câmara Municipal de Caarapó, e que o desvio dessa finalidade, para uso particular, caracteriza improbidade administrativa, capitulada no artigo 10 da Lei nº 8.429/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

CONSIDERANDO que a discricionariedade administrativa não é descontínua e sem limites, mas sim deve observar os princípios constitucionais, expressos e implícitos, consagrados no ordenamento jurídico, razão pela qual, o ato administrativo apenas se legitima caso harmonizado com o primado dos princípios (moralidade, razoabilidade, proporcionalidade e supremacia do interesse público, bem como dos princípios gerais de direito no direito administrativo) e valores constitucionais (vinculação sistêmica);

CONSIDERANDO que "a discricionariedade administrativa é um dever posto ao administrador para que, na multiplicidade das situações fáticas, seja encontrada, dentre as diversas soluções possíveis, a que melhor atenda à finalidade legal. O grau de liberdade inicialmente conferido em abstrato pela norma pode afunilar-se diante do caso concreto, ou até mesmo desaparecer, de modo que o ato administrativo, que inicialmente demandaria um juízo discricionário, pode se reverter em ato cuja atuação do administrador esteja vinculada. Neste caso, **a interferência do Poder Judiciário não resultará em ofensa ao princípio da separação dos Poderes, mas restauração da ordem jurídica**." (STJ. REsp 879.188/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 2.6.2009- Destaque nosso);

CONSIDERANDO que, neste trilhar, o Superior Tribunal de Justiça já destacou que “o Poder Judiciário não mais se limita a examinar os aspectos extrínsecos da administração, pois pode analisar, ainda, as razões de conveniência e oportunidade, uma vez que essas razões devem observar critérios de moralidade e razoabilidade” (REsp 429.570-GO, Rel. Min. Eliana Calmon, RSTJ 187/219);

CONSIDERANDO que “a administração pública deve ser transparente. A publicidade de seus atos é uma exigência da Democracia. Conforme Ana Lúcia Almeida Gazzola, “Público é o que a todos pertence e que, pertencendo a todos, não pertence a ninguém em particular. A dimensão pública, dizendo respeito a todos, é, pela sua natureza, inclusiva”. A Constituição de 1988 preocupou-se com a publicidade dos atos praticados pelo administrador público. Nessa perspectiva, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, bem como de interesse coletivo ou geral.” (FACHIN, Zulmar. Curso de Direito Constitucional, 7ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2015, pp. 407/408);

CONSIDERANDO que, assim, o dever de transparência, consectário do princípio da publicidade (artigo 37, caput, da Constituição Federal), vincula a Administração Pública e está no centro do bom funcionamento do Estado Democrático de Direito;

CONSIDERANDO que, a jurisprudência já decidiu que:

“APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ALEGAÇÃO DE QUE O DEMANDADO, NA CONDIÇÃO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA, AUTORIZOU, NO EXERCÍCIO DE 2012, GASTOS EXCESSIVOS COM COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAL, SEM QUALQUER MECANISMO RÍGIDO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO. PRETENSA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS REGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTIGO 11 DA LEI Nº 8.429/1992). AGRAVO RETIDO. 1. Aplicabilidade da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) aos agentes políticos. Do alcance do artigo 37, § 4º, da Constituição Federal não escapam quaisquer agentes públicos, à exceção do Presidente da República. Precedentes do STJ e desta Câmara de Direito Público. 2. Competência do juízo de primeiro grau para julgar ação de improbidade manejada contra prefeito, detentor de prerrogativa de foro. Além de já estar cristalizado na jurisprudência dos tribunais superiores o entendimento de que o artigo 29, inciso X, da CF é aplicável tão somente na seara criminal, a Lei nº 10.628/2002, que acrescentou o § 2º do artigo 84 do CPP, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal a partir de 15.09.2005, em controle concentrado (ADIN 2.797-2 e ADIN 2.860-0). MÉRITO. Falta de controle periódico e de registro individual dos gastos com abastecimento dos veículos da frota municipal no exercício de 2012 comprovada nos autos. Fato constatado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Marabá Paulista, tocantes ao exercício de 2012. Falta de transparência dos gastos públicos que ressalta da prova testemunhal produzida em juízo. Réu que se limitou a defender a regularidade dos gastos com combustíveis para abastecimento da frota municipal de automóveis, tendo impugnando genericamente as alegações tecidas na inicial, mas não trouxe aos autos qualquer documento apto a retratar, com o mínimo de segurança, o verdadeiro consumo, a extensão dos gastos, de maneira individualizada, e a real necessidade de abastecimento dos veículos, prova singela a ele plenamente acessível. Quadro de descontrole e de falta de planejamento e de transparência no que toca aos gastos públicos com combustíveis para abastecimento da frota municipal. Dever de transparência, consectário do princípio da publicidade (artigo 37, caput, da Constituição Federal), que vincula a Administração Pública e está no centro do bom funcionamento

do Estado Democrático de Direito. Na medida em que não restou especificamente demonstrado dano preciso e concreto aos cofres municipais (ou seja, não se demonstrou que o combustível adquirido não se reverteu ao Poder Público municipal), é de se concluir que a conduta do réu se amolda à residual tipologia do artigo 11, caput, da Lei de Improbidade Administrativa. Réu que agiu com má-fé no trato com a coisa pública e no dispêndio do dinheiro público, animado pelo dolo de lesar, de forma consciente e voluntária, os princípios aplicáveis à Administração Pública (o da publicidade à frente). Ato de improbidade configurado. Sanções não impugnadas especificamente no apelo e que, de toda sorte, se coadunam com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Agravo retido e apelação desprovidos.” (TJSP; APL 0005086-36.2015.8.26.0483; Ac. 10462565; Presidente Venceslau; Primeira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Marcos Pimentel Tamassia; Julg. 23/05/2017; DJESP 06/06/2017 – Destaque nosso)

“RECURSO DE APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DESPESAS EXCESSIVAS RELACIONADAS À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL - RECONHECIMENTO. (...) Os elementos de convicção produzidos nos autos demonstram a prática de ato de improbidade administrativa, sob responsabilidade do ex-Prefeito Municipal, decorrente de omissão na fiscalização e controle de despesas e prejuízo ao Erário Público. Condenação adicional do agente público ao ressarcimento do dano ao Erário Público. Ação civil pública, julgada parcialmente procedente, em Primeiro Grau. Sentença, parcialmente reformada, alterado o resultado inicial da lide. Ação, julgada totalmente procedente, mantidos os demais termos da r. sentença recorrida e os ônus decorrentes da sucumbência originais. 8. Recurso de apelação, apresentado pela parte ré, provido.” (TJSP; Apelação Cível 1000639-49.2016.8.26.0128; Relator (a): Francisco Bianco; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Público; Foro de Cardoso - Vara Única; Data do Julgamento: 25/09/2017; Data de Registro: 25/09/2017 – Destaque nosso)

CONSIDERANDO que a Lei de Improbidade (Lei n. 8.429/1992) expressa em seu artigo 11, que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente, praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

CONSIDERANDO, por fim, que cabe ao Ministério Público expedir Recomendação para que os poderes públicos promovam as medidas necessárias à garantia e ao respeito à Constituição Federal e normas infraconstitucionais (art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul) e artigo 44, da Resolução nº 015/2007- PGJ;

Resolve, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia:

RECOMENDAR à Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Caarapó/MS, Sra. Marinalva de Souza Farias da Costa, e a todos os Vereadores, que:

a) Adotem, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sistema (eletrônico e/ou manual) e de procedimentos-padrão para o controle e a autorização das requisições de abastecimento, de utilização dos veículos e de reposição de peças e realização de serviços (mecânicos e congêneres), mediante documentos padronizados e numerados em ordem sequencial, preenchidos mecanicamente sob a forma de talões ou eletronicamente, por meio de *software* apropriado para tal fim, de acordo com as especificações abaixo:

As “*requisições para autorização de abastecimento*” (cujo modelo segue anexo), além das formalidades acima indicadas, devem ser subscritas e datadas pelo agente requisitante (beneficiário/usuário) e, após, previamente autorizadas pelo responsável pelo controle do consumo de combustível, da utilização e do custo operacional dos veículos. Devem consignar campo para preenchimento, no mínimo, das seguintes informações:

- ✓ identificação e assinatura do agente requisitante;
- ✓ identificação e assinatura do agente responsável pela autorização;
- ✓ identificação e assinatura do condutor que efetuou o abastecimento;
- ✓ identificação do veículo (modelo, ano e placa do veículo);
- ✓ registro da data e hora do abastecimento pelo condutor;
- ✓ registro do hodômetro na ocasião do abastecimento;
- ✓ tipo e quantidade de combustível abastecido;
- ✓ valor unitário - por litro - e valor total abastecido; e

- ✓ identificação e assinatura do preposto/empregado do fornecedor (com a indicação de nome e documento de identidade) ou do servidor público responsável pelo gerenciamento do estoque de combustíveis;
- ✓ campo próprio à apresentação de anotações de ocorrências e apresentação de justificativas (tais como, abastecimento em final de semana, etc);

Os “*formulários de utilização dos veículos*” (cujo modelo segue anexo), além das formalidades indicadas acima, devem ser subscritos pelo condutor do veículo e, depois de devidamente preenchidos, entregues ao servidor especialmente responsável pelo controle do consumo de combustível, da utilização e do custo operacional dos veículos. Devem possuir, no mínimo, os seguintes campos para preenchimento:

- ✓ identificação do agente requisitante;
- ✓ identificação e assinatura do condutor;
- ✓ identificação e assinatura do agente responsável pelo controle;
- ✓ identificação do veículo (modelo, ano e placa do veículo);
- ✓ horários e hodômetro de saída;
- ✓ horário e hodômetro de retorno;
- ✓ descrição da finalidade do deslocamento;

O deslocamento intermunicipal deve ser previamente autorizado pela autoridade administrativa competente, mediante ato próprio (cujo modelo indicativo segue anexo), contendo as seguintes informações mínimas:

- ✓ identificação do agente requisitante/beneficiário;
- ✓ identificação do veículo e do condutor;
- ✓ identificação do período de deslocamento;
- ✓ descrição sumária da finalidade;
- ✓ identificação e assinatura da autoridade administrativa competente.

As “*requisições de reposição de peças e acessórios e de realização de serviços mecânicos e congêneres*” (cujo modelo segue anexo) devem, além das formalidades indicadas acima, ser subscritas pelo agente responsável pela guarda e conservação do veículo e/ou pelos motoristas, sob a fiscalização do servidor especialmente responsável pelo controle do consumo de combustível, da utilização e do custo operacional dos veículos. Após, devem ser autorizadas por ordem de serviço subscrita pela autoridade hierárquica ordenadora da despesa ou por agente delegado por este, observadas as demais normas atinentes à licitação e contratos. As referidas requisições devem consignar campo para preenchimento das seguintes informações:

- ✓ identificação do veículo, hodômetro, motorista e fornecedor;
- ✓ indicação das peças e acessórios, preventiva ou corretivamente, a serem substituídas e/ou descrição dos serviços a serem realizados, acompanhado de motivação sobre a justificativa técnica (por exemplo, defeito, desgaste decorrente do tempo uso, manutenção preventiva conforme orientação do fabricante, etc.).

O agente responsável pelo controle do consumo de combustíveis, do uso e do custo operacional dos veículos deverá elaborar e arquivar, em pastas individuais dos veículos, “*planilha do movimento diário de abastecimento e controle do hodômetro de cada veículo*” (cujo modelo indicativo segue anexo), contendo (em ordem cronológica diária, quando couber) os seguintes campos para preenchimento, no mínimo, dos seguintes dados:

- ✓ identificação do veículo e do período de referência;
- ✓ data das requisições para autorização de uso de veículo;
- ✓ número das requisições;
- ✓ hodômetro inicial;
- ✓ hodômetro final;
- ✓ quantitativo de quilometragem rodada;
- ✓ quantidade e valor dos combustíveis abastecidos diariamente;
- ✓ média mensal de quilômetros rodados por unidade de litro;
- ✓ identificação e assinatura do servidor responsável.

O agente responsável pelo controle do consumo de combustíveis, do uso e do custo operacional dos veículos deverá elaborar e arquivar, em pastas individuais dos veículos, “*planilha do movimento diário individual da despesa de manutenção de cada veículo*” (cujo modelo indicativo segue anexo), contendo (em ordem cronológica diária, quando couber) campos para preenchimento, no mínimo, dos seguintes dados:

- ✓ identificação do veículo e do período de referência;
- ✓ data das requisições para autorização de uso de veículo;
- ✓ número das requisições;
- ✓ identificação do fornecedor;
- ✓ indicação do valor despendido em peças e acessórios;

- ✓ indicação do valor despendido em serviços mecânicos e congêneres;
- ✓ identificação e assinatura do servidor responsável.

O agente responsável pelo controle do consumo de combustíveis, do uso e do custo operacional dos veículos deverá elaborar “*planilhas mensais de controle do custo operacional individual de cada veículo*” e “*planilhas trimestrais e anuais de custo operacional geral dos veículos*” (cujos modelos indicativos seguem anexos), as quais possuirão os seguintes campos para preenchimento:

- ✓ período de referência (ano ou mês/ano);
- ✓ valor total gasto com combustível, discriminado por tipo (gasolina, óleo diesel e álcool) no período de referência, computados todos os veículos;
- ✓ identificação sequencial de todos os veículos, indicando placa, marca, ano, tombamento e setor;
- ✓ distância total mensal – em quilômetros – percorrida por cada veículo;
- ✓ o combustível total mensal abastecido, em litros e em termos financeiros, por veículo;
- ✓ média mensal de quilômetros rodados por unidade de litro, por veículo (quilômetro total percorrido/quantidade total de combustível abastecido);
- ✓ o gasto com peças e acessórios, por veículo;
- ✓ o gasto com serviços (mecânicos e congêneres), por veículo;
- ✓ a somatória do gasto com combustível, peças, acessórios e serviços, por veículo (custo operacional total de cada veículo);
- ✓ o custo do quilômetro percorrido por cada veículo, considerando a somatória de todos os gastos de abastecimento e manutenção;
- ✓ identificação e assinatura do servidor responsável;

O agente responsável pelo controle do consumo de combustíveis, do uso e do custo operacional dos veículos deverá elaborar, periodicamente, relatórios circunstanciados anuais, com a análise dos gastos com combustíveis, dos gastos com a manutenção da frota de veículos e do custo operacional total, comparando os resultados, ao menos, com o exercício anterior, e indicando, conclusivamente, à autoridade gestora as providências necessárias ao melhoramento da eficácia e da economicidade na utilização dos veículos (por exemplo, alienação e substituição de veículo antieconômico, etc.).

b) Providenciem, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o cadastramento prévio de todos os veículos utilizados e abastecidos, formalizando-se ficha individualizada de identificação, em pasta própria de cada veículo, consignando o modelo, ano, placa, cor, chassi, número de tombamento, combustível utilizado, a média de consumo de combustível informada pelo fabricante, a média mensal histórica de consumo de combustível, e todas as informações necessárias ao acompanhamento das condições mecânicas, com registro das revisões preventivas ou corretivas e a da verificação dos equipamentos de uso obrigatório;

c) Identifiquem, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de forma ostensiva, todos os veículos oficiais com adesivos (ou similar) indicando estarem a serviço da Câmara Municipal de Caarapó;

d) Se abstenham de realizar liquidação da despesa pública sem os documentos comprobatórios de cada abastecimento, identificando o veículo oficial, o condutor, valor empenhado em cada abastecimento e outros dados necessários para regularidade dos gastos;

e) Se abstenham de transportar, autorizar e permitir o transporte em veículos oficiais, de familiares de servidor ou pessoas estranhas ao serviço público²;

f) Se abstenham de utilizar os veículos oficiais da Câmara Municipal nos finais de semana, feriados, exceto em atividades de estrito interesse público, mantendo-se registro detalhado das atividades realizadas com utilização de referidos veículos;

g) Se abstenham de utilizar os veículos oficiais em atividades particulares, sob pena de configurar improbidade administrativa;

h) Se abstenham de abastecer, autorizar ou permitir o abastecimento de combustível em veículos particulares, utilizando verba pública, seja de forma direta ou indireta, sejam os veículos particulares de vereadores, familiares, servidores da Câmara Municipal de Caarapó, assessores parlamentares ou ainda de terceiros;

i) Haja o abastecimento de combustível, através da empresa contratada com a Câmara Municipal de Vereadores de Caarapó, somente dos veículos oficiais, devidamente identificados e para a realização de serviço público.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, ser manejada a ação civil respectiva.

² Lei Federal n.º 1.081/50.

Outrossim, cabe à Câmara Municipal de Caarapó/MS dar ampla divulgação à presente recomendação, fazendo-se publicar no site da Casa de Leis e em Diário Oficial.

Não obstante, para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público.

Deixa-se de enviar o arquivo digital desta portaria ao respectivo Centro de Apoio e à Corregedoria-Geral de Justiça, pois, de acordo com o artigo 57, *caput* e inciso VI, da Resolução nº 0014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, a comunicação é automática, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Caarapó/MS, 26 de junho de 2019.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

CAMAPUÃ

EDITAL N. 15/2019/2ºPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00000871-1, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00000871-1.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos Wilson Dias de Pinho Filho

Assunto: “*Apurar eventual supressão de 12,19 ha na propriedade rural denominada Fazenda São João, de Wilson Dias de Pinho Filho.*”

Camapuã - MS, 28 de junho de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA
Promotor de Justiça

NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0005/2019/01PJ/NVR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, 50, Centro. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002340-1/1ª PJ da Habitação e Urbanismo

Compromitente: Ministério Público Estadual - 1ª Promotoria de Justiça de Naviraí/MS

Compromissário: JMMS Administração de Imóveis Ltda EPP

Assunto: acompanhar o cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com JMMS Administração de Imóveis Ltda EPP, proprietária do estabelecimento Tchicabum, a partir dos fatos contidos no Ofício 042/2016 CONCIDADE/NAVIIRAÍ, relativo a fiscalização pelo Município em relação ao cumprimento das exigências do Código de Obras e de Postura - Inquérito Civil 18/2016

Naviraí, 28 de junho de 2019.

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR
Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA**EDITAL Nº 001/2019****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no âmbito da 1ª Promotoria de Sidrolândia e por intermédio do Promotor de Justiça signatário, faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2019/01PJ-SDN, referente aos documentos das Promotorias de Justiça de Sidrolândia, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, devendo protocolar eventual manifestação nesta 1ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia, situada na Rua Espírito Santo, nº 1383, Centro, Sidrolândia, das 8h às 11h e das 13h às 18h.

Sidrolândia/MS, 28 de junho de 2019.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2019

PROVENIÊNCIA – 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Sidrolândia	PROCEDÊNCIA – Supervisão das Promotorias de Sidrolândia		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe/Subclasse: 000.001– Controle de Processos	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2002	Exercício 2012
000.001– Carga de Processos	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2013	Exercício 2013
000.001– Livro de Devolução de Carga	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2000	Exercício 2003
000.001– Livro de Registro de Carga (Cartório Eleitoral)	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2004	Exercício 2012
000.001– Livro de Registro de Carga (JEACC)	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2004	Exercício 2005
000.002 – Correspondências expedidas	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2008	Exercício 2016
000.003 – Correspondências recebidas	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2000	Exercício 2013
000.003 – Comunicação Interna	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2002	Exercício 2016

000.004 – Livros de Protocolo	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2003	Exercício 2016
000.004 – Protocolo de Atendimento	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2008	Exercício 2014
000.011 – Certidões expedidas	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2007	Exercício 2012
200.003 – Livro de registro de documentos	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2002	Exercício 2016
200.005 – Recebimento de Carga	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2010	Exercício 2011
200.005 – Controle de carga de inquéritos	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2012	Exercício 2013
200.006 – Livro de Registro de Processos(IC e PP)	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1986	Exercício 2012
200.006 – Livro de Registro de Processos(PIC)	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2008	Exercício 2011
200.013 – Manifestações	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2012	Exercício 2013
200.033 – Homologação Trabalho	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2005	Exercício 2005
200.050 – Notícias de Fato	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2012	Exercício 2014
200.052 – Peças de Informação Diversas	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. A Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2019.	Exercício 2005	Exercício 2010
200.056 – Termo de Audiência e Apresentação de Adolescentes	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. A Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2019.	Exercício 2000	Exercício 2002
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Cristina Castilho Akatsuka Técnica I Data do preenchimento: 27/06/2019			

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAUROLÂNDIA

EDITAL Nº 0003/2019/PJ/AID**Inquérito Civil nº 06.2018.00001447-5**

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Município de Anaurilândia/MS.

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Anaurilândia/MS e Edson Stefano Takazono, Prefeito do Município de Anaurilândia/MS, em 19/06/2019, tendo por objeto as obrigações que o compromissário assume consistentes em realizar as adequações de reforma e/ou mudança da estrutura física, com dependência específica para todas as atividades necessárias em uma USB, implantar e manter instalado e atualizado o sistema CNES, prover de recursos humanos, devidamente treinados e capacitados de forma periódica, trabalhando em quantidade de horas suficientes para atendimento médico, odontológico e procedimentos médicos nas unidades de funcionamento das seguintes Unidades Básicas de Saúde: ESF1 (Unidade Kasusigue Umada), ESF2 (Unidade Hulda Stábille Cruz Gonzales), USB (Unidade do Distrito do Quebracho) e Unidade de Saúde Eduardo Fernandes dos Santos, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico www.mpms.mp.ms.br, bem como na Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS, localizada na Mal. Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Cep: 79.770-000, Telefone (67) 3445-1393.

Anaurilândia/MS, 19 de junho de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça